



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0009401-91.2011.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **São Carlos Transportadora Ltda**
 Requerido: **Vivo Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

SÃO CARLOS TRANSPORTADORA LTDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Sumário em face de Vivo Sa, alegando que os serviços de telefonia móvel contratados com a ré tinham como alvo principal um serviço de rádio que nunca funcionou, motivando o pedido de encerramento do contrato, não obstante o que a ré teria continuado a faturar o serviço que em agosto de 2008 somava R\$ 3.383,01 e foi apontado junto ao Serasa e SPC, daí pretende ver rescindido o contrato e declarada a nulidade das faturas emitidas no período de fevereiro a agosto de 2008, bem como daquelas eventualmente emitidas posteriormente, com a retirada de seu nome dos cadastros mencionados e com a condenação da ré a indenizar os danos morais em 40 salários mínimos.

Não obtida conciliação em audiência preliminar, o réu contestou o pedido sustentando que cancelou o serviço em 30 de julho de 2008, quando havia mesmo o débito de R\$ 3.383,01, devidos pela efetiva utilização de serviço telefônico no período de fevereiro a agosto de 2008, cabendo-lhe ainda o direito de cobrar a multa contratual pela rescisão antecipada do contrato, por culpa da autora, impugnando a possibilidade de a autora ter experimentado danos morais porquanto seja pessoa jurídica, concluindo pela improcedência da ação.

O feito foi instruído com prova documental, prejudicada a realização da prova pericial designada pelo Juízo por falta do recolhimento do preparo.

É o relatório.

Decido.

Em primeiro lugar cumpre reconhecer não se cuide aqui de uma relação de consumo, nos termos do que este Juízo já deliberou no item *I.* de fls. 113 destes autos, de modo que a solução da demanda passa a ser analisada à vista das regras do Código Civil e do Código de Processo Civil.

Conforme já consignado nestes autos, a efetiva apuração a respeito do fato de que “o serviço de RÁDIO nunca funcionou” (sic.) dependia da realização da prova pericial, a cargo da autora, atento a que não seja possível a este Juízo conhecer se entre os serviços faturados pela ré e discriminado às fls. 281/357, estão algum ou alguns relativos ao *serviço Rádio PTT Vivo Direto*.

Essa prova pericial, a propósito do que ficou indicado no item 3. da decisão de fls. 118 verso, de fls. 130 e de fls. 133, não foi realizada por conta da falta de recolhimento do preparo pela autora, o que foi aguardado desde março de 2013.

Porém, ainda que imprescindível se mostrasse dita prova, atento à regra do art.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

126 do Código de Processo Civil, cumpre a este Juízo decidir a questão a partir da prova documental existente nos autos e da repartição do próprio ônus de produção da prova.

A ré efetivamente cobrou à autora a importância de R\$ 3.383,01 conforme notificação de fls. 25 e a leitura das faturas acostadas à inicial não permite a verificação da efetiva existência de cobrança do discutido *serviço de RÁDIO* (sic.).

Há nas faturas de fls. 30/104 a anotação de cobrança de valores de assinatura, nas rubricas *Plano Corporativo* e *Plano/Pacote*, além de *Serviços Adicionais* e *Chamadas Fora da Área*, com discriminação do telefone de destino, data e duração das chamadas, além dos respectivos valores.

Mas não se lê ali, salvo melhor juízo, cobrança, mesmo que a título de assinatura, de quaisquer valores sob a rubrica *PTT Vivo Direto* (sic.), de modo que, sempre com o máximo respeito ao entendimento da autora, não é possível afirmar-se que o serviço de rádio estaria incluído nas cobranças em discussão.

Ora, à vista dessa consideração, parece-nos clara a conclusão, ainda que acolhida a tese da autora sobre não ter havido efetiva prestação do serviço rádio, no sentido de que não haveria para ela direito ao não pagamento do valor das faturas, atento a que ali não tenha sido cobrado valor algum pelo referido serviço.

A prova pericial, como dito, era imprescindível à demonstração da inclusão desse serviço nos valores cobrados, e por ter a autora se omitido de responder por ele, cumpre-lhe arcar com a consequência da falta dessa prova.

Referente ao período cuja discussão é proposta nesta ação, qual seja, de fevereiro a agosto de 2008, as faturas estão acostadas às fls. 30/104, e nelas se lê anotações de ligações efetivamente realizadas.

Não se olvida que a inicial traga uma segunda questão ao debate, referente a que tenha sido pleiteado junto à ré o “*bloqueio das ligações convencionais e de maneira a utilizar somente o serviço de Rádio – PTT Vivo Direto*” (sic.), do que há prova documental às fls. 26 e fls. 29, com prova da entrega da correspondência à ré nos termos do AR dos Correios, às fls. 27.

Sobre o tema, a ré não foi clara, e devido à falta de juntada do contrato não é possível a este Juízo conhecer da possibilidade ou não de se realizar o tal *bloqueio*.

Mas seja como for, à margem da solução dessa questão sobre a possibilidade ou não de uma empresa prestadora de serviço telefônico manter um contrato no qual ausente o serviço de telefonia, mas apenas o de rádio (sic.), cumpre considerar primeiramente o fato objetivamente demonstrado nas faturas de fls. 30/104, de que a autora efetivamente utilizou o serviço de telefonia, realizando ligações anotadas nas referidas faturas, como já antes dito, com discriminação de data, número telefônico chamado, duração da chamada e valor da tarifa.

Ora, se a autora efetivamente se utilizou do serviço, não é possível a ela pretender-se eximida do pagamento.

Portanto, atento ao conteúdo das faturas acostadas às fls. 30/104, e porque a autora não se desincumbiu do ônus de demonstrar tenha havido cobrança de serviço de *rádio*, que não teria sido efetivamente prestado, conclui-se pela improcedência do pedido de declaração de nulidade das faturas em discussão.

É evidente que, uma vez comprovado pela autora o envio e o recebimento da correspondência postulando o “*bloqueio das ligações convencionais e de maneira a utilizar somente o serviço de Rádio – PTT Vivo Direto*” (sic.), o não atendimento ao pedido poderia gerar dano de natureza moral.

É preciso considerar, contudo, conforme já acima pontuado, que soa totalmente estranho à natureza do serviço prestado pela ré manter serviço de *rádio* e *bloquear serviço de telefonia convencional*, com o devido respeito.

Também aqui cumpria à prova pericial elucidar a possibilidade, até porque a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

leitura da longa contestação da ré, firmada básica e primordialmente no argumento de que “*o serviço móvel pessoal permanece à disposição do assinante*” (sic., fls. 157), deixa evidente que a disponibilidade do serviço telefônico, e não de rádio, era o primordial ao contrato.

Portanto, também aqui acaba a demonstração do prejuízo moral afetada pela não produção da prova pericial, conforme antes analisado.

Em resumo, tendo a autora feito efetiva utilização do serviço das linhas telefônicas nos meses de janeiro a julho de 2008, a geração das faturas de cobrança com vencimento nos meses de fevereiro a agosto de 2008, pela ré em relação à autora configura exercício regular de direito, não havendo se falar em abuso ou ilícito de qualquer ordem, com o devido respeito, ficando, o mais, na dependência da realização da prova pericial cuja preclusão se operou por culpa processual da autora, de modo a levar à conclusão de que, ausente prova dos fatos narrados na inicial, é de rigor concluir pela improcedência da ação.

Caberá à autora arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 16 de dezembro de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**